



**ORDEM DO DIA  
PARA A 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 16 DE AGOSTO DE 2005**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0057, de 2000, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a instituição do estágio de estudantes de ensino superior em órgãos da administração direta e indireta. Com substitutivo. Pareceres nºs 675, 676 e 677, de 2003, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao substitutivo.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0512, de 2002, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade de adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho. Parecer nº 737, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 738, de 2003, da Comissão de Saúde, favoráveis ao projeto e à emenda.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0291, de 2001, de autoria do deputado Antonio Mentor. Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas. Parecer nº 957, de 2003, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 958, de 2003, da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com emendas e contrário à emenda da Comissão de Justiça.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0548, de 2003, de autoria do deputado Arthur Alves Pinto. Institui o "Dia do Y's Men's Club". Pareceres nºs 2106 e 2107, de 2003, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Cultura, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0851, de 2003, de autoria do deputado Giba Marson. Autoriza o Poder Executivo a instituir a ouvidoria ambiental do Estado. Com emenda. Pareceres nºs 601, 602 e 603, de 2004, respectivamente, das Comissões de Justiça, do Meio Ambiente e de Finanças,

favoráveis ao projeto e à emenda.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0984, de 2003, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 1969. Pareceres nºs 1239, 1240 e 1241, de 2004, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões do Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1014, de 2003, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga os fabricantes de armas de brinquedos a afixarem em suas embalagens a seguinte mensagem: este produto estimula a violência e pode ser usado para o crime. Pareceres nºs 1222, 1223 e 1224, de 2004, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça, da Comissão de Segurança Pública e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1102, de 2003, de autoria do deputado José Zico Prado. Responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente pela lavagem dos uniformes de seus empregados. Pareceres nºs 253, 254 e 255, de 2005, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Relações do Trabalho e de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1111, de 2003, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Autoriza o Governo do Estado a instituir a Segunda Opinião Médica. Parecer nº 239, de 2005, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 240, de 2005, da Comissão de Saúde, favorável, com emenda. Parecer nº 241, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1145, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Exclui área do perímetro do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, e anexa outra, na forma que especifica. Com emenda. Pareceres nºs 1095 e 1096, de 2004, respectivamente, da Comissão de Justiça e de relator especial pela Comissão de Meio Ambiente, favoráveis ao projeto e contrários à emenda.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1211, de 2003, de autoria do deputado Jonas Donizette. Obriga as maternidades e hospitais a realizarem exames diagnósticos de Audição em crianças recém-nascidas. Pareceres nºs 1528, 1529 e 1530, de 2004, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Saúde e de Finanças, favoráveis.